

## **Educação Infantil, Políticas Sociais e os Sentidos do Trabalho Intersectorial**

**Giane Cordeiro da Cruz**

**209ª Defesa**

16/12/2025

### **Membros da Banca Examinadora**

Prof. Dr. Allan Henrique Gomes (Orientador/UNIVILLE)

Profa. Dra. Lidiane Fátima Grutzman (Membro Externo/UNIARP)

Prof. Dr. Fernando Cesar Sossai (Membro Interno/UNIVILLE)

### **RESUMO**

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa vinculada à linha de pesquisa Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. Neste estudo, buscou-se compreender os sentidos que os/as trabalhadores/as das políticas sociais atribuem à intersectorialidade em prol da garantia dos direitos da primeira infância a partir da experiência de atuação em um território da cidade de Joinville - SC. Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa e o percurso para a produção do trabalho foi composto do levantamento de dados colhidos a partir da realização de entrevistas semiestruturadas realizadas com seis trabalhadores/as que atuam nas políticas de educação, assistência social e saúde. Na sequência, apresento o percurso conceitual desta pesquisa, destacando inicialmente, os conceitos de criança, de infâncias e as leis direcionadas à estes cidadãos, especialmente a lei 13.257/2016, o Marco Legal da Primeira Infância, dialogando com os apontamentos de Sonia Kramer (2009), Irene Rizzini (2011) e da Rede Nacional da Primeira Infância (2020), entre outros. Destaco, a seguir os conceitos relacionados à base epistemológica da democracia, tais como: as proposições elaboradas por Christian Laval e Pierre Dardot (2017); e de intersectorialidade, conceito articulado por Roberta Carvalho Romagnoli (2018) e Luciano Antonio Prates Junqueira (2019). Em seguida, apresento o percurso analítico desta pesquisa, em que os dados coletados foram analisados segundo a Análise dos Conteúdos e Significações, apontadas por Menga Lüdke e Marli André (2013); por Ricardo Bezerra Cavalcante, Pedro Calixto e Marta Macedo Kerr Pinheiro (2014); e por Sharon Gewirtz (2007). Os resultados obtidos revelam que a intersectorialidade tem sido promovida no território pesquisado, convocando a corresponsabilidade dos órgãos públicos e não-governamentais, conectando saberes e a atuação dos profissionais. Entretanto, a realidade apontada pelos/as participantes demonstra que nem sempre a intersectorialidade acontece na sua plenitude em virtude dos conflitos de agendas, pautas pouco focais, pouca participação, revelando, pois, que a articulação intersectorial tem sido uma tarefa complexa, que pressupõe maior engajamento e atenção por parte dos envolvidos e dos gestores públicos. Com base na reflexão realizada e nas especificidades da infância, aposta-se na prática da atuação intersectorial enquanto uma possibilidade 9 de transformação social, sugerindo-se a ampliação de estudos acerca do tema, bem como da sua implantação em prol da garantia dos direitos da primeira infância.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Proteção social. Intersectorialidade. Território educacional. Marco Legal da Primeira Infância.